

Migrações para a América: pensando os casos de Brasil e Chile a partir das produções do Visconde de Abrantes e Vicente Pérez Rosales – Século XIX

Tópicos Especiais de História II: Mobilidades, migrações e diásporas

Aluno: Welington Augusto Blume

Professores (as): Marcos Antônio Witt, Paulo Roberto Staudt Moreira, Eloisa Helena Capovilla da Luz Ramos e Maíra Ines Vendrame

La historia de América también es la historia de sus migraciones (GALEANA, 2014, p.13).

Durante todo el siglo XIX en América Latina se previeron y desarrollaron proyectos de colonización con extranjeros. Países como Argentina, Brasil, Chile, Ecuador y Uruguay percibieron el ingreso de inmigrantes de manera significativa, cuantitativa y cualitativamente hablando. La similitud entre los proyectos de colonización de estos países no es fortuita pues las autoridades decimonónicas intentaban reproducir el modelo norteamericano de colonización. La necesidad de alcanzar el progreso y de crear una nación homogénea eran las ideas que circulaban en aquél momento por todo el continente, además el contexto internacional influyó en la ideología de las elites políticas en los países de América del sur (RODRÍGUEZ, 2015, p.65).

A América foi palco dos movimentos migratórios que marcaram significativamente o século XIX. Segundo o levantamento de dados feitos por Helbert Klein, durante o período que se iniciou em 1800 e se encerrou em 1880, 11,8 milhões de pessoas oriundas do continente europeu migraram para as Américas. Deste número, 9,5 milhões de europeus desembarcaram nos Estados Unidos. Os demais 2,3 milhões de imigrantes escolheram como destino países como Canadá, Brasil, Argentina e Chile (KLEIN, 1999). Este “fue un periodo en el que se abrieron las fronteras agrícolas: en Estados Unidos se inició la marcha al oeste, Australia se transformó y Argentina preparaba la campaña del desierto” (RODRÍGUEZ, 2015, p.65). De um modo geral, como salienta Marcos Antônio Witt, “a fundação de Colônias com estrangeiros, em toda a América, se deu por motivos estratégicos, os quais estavam vinculados ao setor político e à iniciativa privada. Muitas vezes, somavam-se esforços – públicos e privados – para que médios e grandes projetos fossem executados” (WITT, 2018, NO PRELO). Fazendo um mapeamento dos apontamentos encontrados na historiografia, Witt destaca que os principais motivos que alavancaram o interesse dos órgãos públicos e privados em fomentar a vinda de trabalhadores estrangeiros para o Brasil, podem ser assim resumidos:

Agenciamento de imigrantes para o serviço militar (o Contrato de Colonização, no seu artigo XVIII, previa que os homens capazes entre 18 e 40 anos deveriam se alistar); branqueamento da população; diminuição do poder da elite estancieira (proprietários de grandes extensões de terra); dinamização do mercado interno; estabelecimento de minifúndios voltados à agricultura e criação diversa de animais (vacum, suíno, aves); fabricação de utensílios, ferramentas e máquinas via artesanato; ocupação do território (ocupação de áreas estratégicas); produção de alimentos; substituição da mão de obra escrava (WITT, 2018, NO PRELO).

Para o caso do Chile, Marcela Martínez Rodríguez, em estudo recente no qual compara as políticas de imigração e colonização no Chile e no México, salienta:

En Chile, los discursos oficiales señalaron que la colonización era la mejor solución para resolver el problema relativo a la baja densidad demográfica del país, este argumento fue utilizado sobre todo para justificar la instalación de los alemanes y el poblamiento de Chiloé [...] el estado chileno promovió la instalación de extranjeros para lograr el “blanqueamiento” de la población en un sentido físico y cultural [...] [además], ambos países [Chile y México] también querían incentivar el crecimiento económico; fomentar la producción de grandes extensiones de terrenos e insertar la economía al mercado internacional (RODRÍGUEZ, 2015, p. 68) [Grifo nosso].

Há muitas similitudes na forma como Brasil e Chile pensavam e planejavam a vinda de trabalhadores estrangeiros para seus países. Além disso, quanto mais nos aproximamos de estudos que analisam o mesmo objeto de pesquisa em outros países da América Latina, mais encontramos narrativas semelhantes. Na Argentina, com os estudos de Fernando Devotto (1999); em Cuba e Peru, com os estudos de Marcos Aurélio dos Santos (2017); no México, com os estudos de Marcela Martínez Rodríguez (2015); em Chile, com os estudos de Carmen Norambuena Carrasco (1990); para o Brasil, com os estudos de Marcos Antônio Witt (2018). Há uma ideia compartilhada entre esses pesquisadores: os países latino americanos acreditaram que uma das chaves para o desenvolvimento econômico e social das suas nações estava na vinda de trabalhadores europeus para seus países. Essa foi uma das tônicas do século XIX: solidificou-se uma narrativa que valorizava o trabalhador europeu branco como sinônimo do progresso e da civilização (MENEZES, 2014).

Para nosso estudo, focaremos nossa análise em dois políticos intelectuais¹ que dedicaram um tempo especial de suas trajetórias para refletir, escrever e trabalhar em

¹ Há uma discussão importante que nos interessa: qual conceito resume melhor o lugar que ocupou Abrantes na sociedade Imperial, seria ele um político letrado ou um político intelectual? Ou os dois conceitos

torno das questões migratórias: Visconde de Abrantes e Vicente Pérez Rosales. Um brasileiro, o outro, chileno. Ambos escreveram *memórias* sobre imigração e colonização que foram publicadas em períodos muito próximos: em 1846, o Visconde de Abrantes publicava *Memoria sobre os meios de promover a colonisação*, enquanto que, mais tarde, em 1854, Vicente Pérez Rosales publicava *Memoria sobre emigracion, inmigracion i colonizacion*. Nosso objetivo nesse artigo é refletir comparativamente sobre a produção dessas *memórias* a partir do contexto político, econômico e social² do Brasil e Chile no Oitocentos. Em um primeiro momento, estabeleceremos diálogo com trabalhos recentes sobre Abrantes e Rosales e, posteriormente, utilizaremos as reflexões de Marc Bloch, Jürgen Kocka, Maria Ligia Prado, Oswaldo Truzzi, Regina Weber e Glen Goodman para construir nossa análise comparativa. Mesclaremos questões pontuais sobre as memórias de Abrantes e Rosales com apontamentos teóricos e metodológicos da História Comparada.

...

Lená Medeiros de Menezes afirma que “ao longo da temporalidade que se abriu a partir de 1850, com maior impacto a partir de 1870, foram produzidos e veiculados discursos centrados na defesa e no incentivo à imigração como caminho necessário para

serviriam para descrever seu lugar enquanto escritor e orador? Pensando nisso, trazemos à tona dois autores que discutem esse problema. Para Gerard Leclerc (2005), se apropriando dos estudos de Coser, "os intelectuais, são os descendentes, ou os herdeiros, dos sacerdotes e dos profetas, dos clérigos e dos letrados. Têm relação, em primeiro lugar, com a busca e a conservação da verdade, dos valores coletivos e sagrados, aqueles que governam um grupo, uma sociedade, uma civilização. Esses valores centrais formam um campo sensivelmente diferente daquele das especialidades profissionais, fruto da divisão do trabalho intelectual e do que se pode chamar de expertise, entendida como emprego pontual de saberes e práticos aplicados. O intelectual é um ser híbrido que, profissionalmente, produz uma obra artística ou científica e que, enquanto ator engajado nos assuntos da vida pública, é dotado, queira ou não, de uma visibilidade que os aproxima dos stars, dos homens políticos, dos homens da mídia" (LECLERC, 2005, p.17). Por outro lado, Norberto Bobbio (1997) argumenta "embora com nomes diversos, os intelectuais sempre existiram, pois sempre existiu em todas as sociedades, ao lado do poder econômico e do poder político, o poder ideológico, que se exerce não sobre os corpos como o poder político, jamais separado do poder militar, não sobre a posse de bens materiais, dos quais se necessita para viver e sobreviver, como o poder econômico, mas sobre as mentes pela produção e transmissão de ideias, de símbolos, de visões de mundo, de ensinamentos práticos, mediante o uso da palavra". (BOBBIO, 1997, p.11) Nesse sentido, pensando na amplitude de circulação das obras de Abrantes e Rosales, sua inserção política e produção intelectual, estaremos pensando neles como políticos intelectuais.

² Compreendemos o âmbito social a partir das considerações feitas por Hebe Castro, para a qual, na atualidade, já não faz mais sentido apostar na fragmentação de toda a ideia que carrega a concepção social. Falar do social, ou de uma história social, é, necessariamente, dialogar com os múltiplos polos da sociedade (2011). Além disso, “parece-me mais atual do que nunca o afirmado por Hobsbawm, no início dos anos 1970, de que é possível escrever tanto uma história social do mercado de grãos, como uma história social da arte renascentista, porque é possível (e frequente), hoje, uma história econômica ou uma história cultural que prescindam da vivência humana de sua experiência socialmente diferenciada como variáveis explicativas” (CASTRO, 2011, p.50).

o ingresso do país nas trilhas do progresso e da civilização” (MENEZES, 2014, p.651). O Visconde de Abrantes, como destaca Giralda Seyferth, esteve inserido em um movimento de renovação das políticas migratórias do Brasil. Escreveu sua obra em um momento de mudanças. Em 1846, ano da publicação do seu escrito, a questão da propriedade da terra e dos imigrantes mais desejáveis para colonizar as terras devolutas brasileiras ganhava cada vez mais notoriedade. Quem deveria substituir os negros escravizados nas grandes propriedades? Quem deveria ocupar as regiões menos povoadas do território a fim de promover o desenvolvimento econômico nesses locais? E qual modelo de colonização deveria ser seguido? Tais questionamentos eram assunto da ordem do dia na vida política brasileira da metade do século XIX (SEYFERTH, 2002). Visconde de Abrantes escreveu *Memoria sobre os meios de promover a colonização* (1846) para apresentar uma nova forma de organizar as políticas migratórias brasileiras. Isso porque naquele momento o Brasil possuía uma imagem negativa entre os europeus como país receptor de imigrantes. A opinião pública salientava que o clima nos trópicos era muito desfavorável, os imigrantes encontrariam muitas dificuldades para adquirir terras e dificilmente conseguiriam alcançar seus objetivos como imigrantes, pois seria muito penoso encontrar empregos no Brasil. Um artigo da Gazeta de Absburgo, publicado em 12 de outubro de 1845, reforça nossa argumentação:

As Leis que regulão a aquisição de terras no Brazil serião sufficientes, porem são mal executadas, e algumas nem observadas são. Os livros dos Cartórios achão-se em tal confusão, que requer extremo cuidado da parte do Comprador. Finalmente cumpre considerar que a legislação em vigor no Brazil obsta á segurança da propriedade do emigrado, e sobre tudo que he ali quase impossivel fazer compra de terras que seja valida, ou disposiçoens testamentarias que sejam seguras: e do que fica exposto pode-se concluir o seguinte. 1º. Que as Provincias de S.Paulo, S. Catharina, e Rio Grande do Sul, tanto á respeito das circunstancias geographicas como do clima, são recomendaveis para colonias agricolas de Alemaens; mas que: — 2º. O presente estado da legislação e administração, e das relaçoens sociaes no Brazil deve infalivelmente exercer uma influencia tão desastroza, que essas colônias não prehencherão os seos fins (ABRANTES, 1846, p.59).

De tal modo, entendemos que *Memória sobre os meios de promover a colonização* (1846) traz duas dimensões importantes: discutir a temática das migrações de forma ampla e defender uma reforma legislativa nas políticas migratórias do Brasil. Na época de sua escrita, as cifras dos navios que partiam da Alemanha com destino aos Estados Unidos impressionaram Abrantes. Em uma nota de rodapé na décima terceira página do

seu livro, aponta que 204 embarcações carregadas de imigrantes foram da Alemanha para *New-York*. No somatório das cifras, 82.126 imigrantes teriam zarpado rumo aos Estados Unidos. O alto número de indivíduos que escolheram os Estados Unidos como destino e não o Brasil preocupou Abrantes. Seu interesse era de que o Brasil voltasse a se tornar um espaço atrativo para os imigrantes. Por isso, aproximou-se da legislação e literatura estadunidense para construir suas ideias acerca das políticas migratórias do Brasil.

Além disso, o debate racial está presente em sua narrativa. Giralda Seyferth explicou que “a questão racial estava subjacente aos projetos imigrantistas desde 1818, antes de a palavra raça fazer parte do vocabulário científico brasileiro e das preocupações com a formação nacional” (SEYFERTH, 2002, p.118). Ao mesmo tempo, afirma que a imigração passou a ser “representada como um amplo processo civilizatório e forma mais racional de ocupação das terras devolutas” (SEYFERTH, 2002, p.118) e apresenta a tônica dos discursos imigrantistas desenvolvidos pelos parlamentares desde meados do século XIX: defendia-se a vinda do imigrante europeu branco *para civilizar o atrasado Império brasileiro*. Nesse ponto, defende que desde os primeiros projetos imigrantistas, o pressuposto da superioridade branca já se fazia presente nos textos, seja de forma explícita ou implícita (SEYFERTH, 2002). Menezes (2007) corrobora essa interpretação e defende que a elite letrada brasileira passou a se referir ao imigrante europeu branco como sinônimo de progresso e civilização. A historiadora salienta que essas palavras, “surgidas quando o mundo não era conhecido em sua totalidade, viajarão pelo globo e ganharão velocidade de circulação à medida que se expandem os meios de comunicação e fluxos de homens e mulheres saem da Europa em direção aos demais continentes” (MENEZES, 2007, s/página).

Nesse sentido, a elite intelectual que estudou majoritariamente na Europa, voltava ao Brasil imbuída do ideário ilustrado que marcou o início do século XIX. Assim, quando retomamos os estudos de José Murilo de Carvalho (2008), conseguimos compreender de maneira mais ampla a forma como a elite imperial se apropriou dessas concepções. Formados na Universidade de Coimbra, a “ilha de letrados num mar de analfabetos” trazia uma renovação no pensamento intelectual do continente europeu para o Brasil. A nova forma de pensar a política, a economia e conseqüentemente a sociedade, passou a compor os escritos dessa elite (CARVALHO, 2008). É a partir dessa ligação que a elite imperial passa a atribuir novos significados à vinda de imigrantes para o Brasil. Os imigrantes não viriam apenas para ocupar territórios estratégicos, desenvolver o comércio interno e

compor as linhas dos batalhões em tempos de guerra (WITT, 2018), mas também para desenvolver a cultura. Suas características positivas trariam o refinamento desejado para o desenvolvimento do progresso e da civilidade do Império. É nesse contexto que Abrantes está inserido. Ele escreve em um momento de transição das políticas migratórias imperiais, cujo pressuposto teórico está sustentado pelas ideias racionais de colonização estadunidenses e imbuídas pelo ideário racial que marcou essa primeira metade do século XIX.

No lado chileno, Baldomero Estrada destacou que havia duas ênfases nos debates em torno da imigração:

num primeiro momento, isso foi formulado como uma forma de provocar mudanças culturais, tendo em vista o trabalho educacional e a influência dos imigrantes. Mais tarde, passou-se a ver na migração uma solução demográfica que fortaleceria a nação e permitiria uma melhor ocupação do território, tão escassamente povoado (ESTRADA, 1999, p.462).

Para Jorge Pinto Rodríguez (2008), a elite chilena conjecturava se tornar um país europeu em terras latino-americanas, por isso a ênfase em trazer imigrantes europeus. A partir da imigração, os chilenos teriam a possibilidade de conseguir avanços culturais e econômicos significativos, tendo em vista sua aptidão para o trabalho e a educação. Nesse sentido, “esa europa se convirtió, en un modelo y los europeos de aquellas latitudes en el ejemplo a seguir” (RODRÍGUEZ, 2008, p.168). Na metade do século XIX, a elite chilena pensou na organização de seu país a partir de três pontos fundamentais: “en primer lugar, establecer una estructura de poder que les permitiera reemplazar al viejo sistema colonial; en segundo lugar, insertar a la economía nacional en el concierto de la economía mundial; y, por último, identificar un modelo de país y nación al cual adherir” (RODRÍGUEZ, 2008, p.169). Nesse sentido, era do interesse dessa elite organizar o país a partir de moldes europeus que os distanciassem de suas origens coloniais espanholas. Uma das formas de fazer isso seria trazendo imigrantes europeus para as áreas despovoadas do território. A partir da estruturação de uma proposta educacional abrangente, vinculada com o ingresso de imigrantes europeus, “alcanzaríamos las condiciones para que nuestra población, educada y cultivada, pudiera asumir la soberanía del poder y traspasarlo a sus representantes, convertidos en gobierno por la voluntad popular, principio que suscribió sin reservas la clase política en el siglo XIX” (RODRÍGUEZ, 2008, p.173). De tal forma, os imigrantes, que na perspectiva da elite chilena já possuíam uma cultura para o trabalho

e os saberes mínimos para uma vida em sociedade, trariam benefícios significativos para a nação a partir dessa ideia que vinculava o incentivo à educação com a vinda de imigrantes europeus. Vicente Pérez Rosales fez parte dessa elite que pensou um projeto de nação para o Chile do século XIX. Através dos seus escritos, salientou a importância da imigração para o progresso em território chileno. Para Guillermo Latorre e Javier Pinedo (2010), Rosales foi um dos grandes defensores dos projetos de colonização no Chile. Sua ênfase esteve voltada para atrair imigrantes alemães ao território. Nesse sentido, os autores argumentam:

En todo momento se muestra [Vicente Pérez Rosales] como gran partidario de la inmigración como productora de energía para provocar el progreso de Valdivia, donde “todo dormía, todo vegetaba”, pues en su opinión faltaba “el estímulo que sólo la inmigración extranjera sabe despertar en las aglomeraciones humanas amodorradas por la inercia”. (LATORRE; PINEDO, 2010, p. 324). [Grifo nosso].

Durante os anos em que escreveu *Memoria sobre emigracion, inmigracion i colonizacion* (1854), o Chile possuía uma imagem negativa entre os europeus como país de destino dos imigrantes³. Havia grande dúvida entre os intelectuais europeus quanto à sobrevivência das Colônias e sobre o grau de conflitos com os índios Mapuche. Por isso, havia a necessidade da elite chilena em mudar esse panorama e criar uma imagem positiva do país como território receptor de imigrantes. A *memória* de Rosales vem ao encontro dessa ideia. Através da sua obra, Rosales pretendia demonstrar para a elite chilena as complexidades, necessidades e benefícios imbuídos na vinda de trabalhadores europeus. Para ele, conhecer o processo como um todo colocaria o Chile em pé de igualdade com países como os Estados Unidos e a Austrália, que já possuíam prestígio como receptores de imigrantes europeus. Pois, em sua perspectiva,

en resolucion, no hai en el dia un solo estado del antiguo i del nuevo mundo, que no procure por todos los medios racionales, bien sea conservar el elemento poblador bajo el influjo de su bandera, bien sea

³ O historiador chileno Rafael Sagredo Baeza demonstra que há uma longa construção de representações negativas sobre o Chile que remontam ao período colonial. Desde o século XVI, viajantes e conquistadores escreveram narrativas sobre o território chileno, que, em sua maioria, trouxeram uma carga pejorativa ao território. Para Baeza, apenas no século XIX que a elite chilena, durante e após o processo de independência, constrói uma narrativa que enaltece o território, combatendo as representações negativas que foram construídas sobre o Chile durante os três séculos antecedentes. Ver mais em: BAEZA, Rafael Sagredo. Chile: de fines terrae imperial a “copia feliz del edén” autoritario. In: Nomear la nación. Los nombres de los países de América Latina. CHIARAMONTE, Jose Carlos; MARISCHAL, Jose Carlos; GRANADOS, Aimer Granados (Orgs.). Buenos Aires, Editorial Sudamericana, 2008.

atraerlo a fuerza de concesiones i sacrificios a las playas independientes de la América (ROSALES, 1854, p.2)

Ao lado dessa questão, e

basándose en su experiencia en California, propuso una inmigración que evitara el caos: no se debía aceptar colonos excesivamente pobres, ni excesivamente ricos y ociosos, “sino aquella (población) que el espíritu del lucro o el de las ideas liberales del siglo separa de los grandes centros civilizados, para venir a la Virgen América, ya a gozar de una libertad positiva, ya a recoger a manos llenas las riquezas que, sin conocer su valor, menospreciamos” (LATORRE; PINEDO, 2010, p. 325).

Nesse sentido, Rosales estava inserido em um contexto de intenso debate sobre a imigração, cujos resultados podem ser observados com maior profundidade a partir de 1857, quando o autor se torna agente de colonização do Chile na Europa. A ideia, naquele momento, era de atrair imigrantes alemães para o território chileno, demonstrando que o Chile seria um país convidativo e promissor para os colonos descontentes em território europeu.

Com este panorama em vista, salientamos que Abrantes e Rosales publicaram obras que modificaram a forma como a elite brasileira e chilena observou os movimentos migratórios. Influenciados pelas ideias racionais de colonização dos Estados Unidos e da Inglaterra, à época modelos de civilização e modernidade, os autores defenderam a vinda de imigrantes europeus para seus respectivos países. Estes, portadores de uma civilidade, resignação e aptidão ao trabalho diferenciado, seriam uma das chaves para o desenvolvimento dos seus respectivos países. Essas aproximações mencionadas acima, são um dos pontos observados nesse trabalho: Brasil e Chile, neste cenário das migrações, possuíam muitas similitudes naquilo que toca seus projetos migratórios. As ideias defendidas referentes ao processo migratório, imigrantes desejáveis e os objetivos almejados com este empreendimento se assemelham. Pensando nisso, para aprofundarmos o tema, pretendemos elaborar o restante das nossas reflexões a partir dos autores que teorizaram e/ou argumentaram sobre os estudos de História Comparada.

Em um estudo clássico e bastante utilizado pelos historiadores, Bloch explica:

antes do mais, no nosso domínio, o que é comparar? Incontestavelmente, é o seguinte: escolher, em um ou vários meios sociais diferentes, dois ou vários fenômenos que parecem, à primeira vista, apresentar certas analogias entre si, descrever as curvas da sua

evolução, encontrar as semelhanças e as diferenças e, na medida do possível, explicar umas e outras. São, portanto, necessárias duas condições para que haja, historicamente falando, comparação: uma certa semelhança entre dois factos observados – o que é evidente – e uma certa dissemelhança entre os meios onde tiveram lugar (BLOCH, 1998, p.120-121).

Para o nosso estudo em específico, Brasil e Chile receberam contingentes de migrantes europeus no século XIX e as elites intelectuais e políticas construíram um certo padrão discursivo⁴ em torno dessas migrações. Principalmente a partir da década de 1870, a ideia de que o trabalhador europeu era indispensável para desenvolvimento econômico e social das nações estava sedimentada e era consenso entre as elites intelectuais e políticas. Nesse sentido, “deve-se acrescentar que a comparação não somente ajuda a sustentar noções de particularidade, mas é também indispensável para desafiar e modificar tais ações” (KOCKA, 2014, p.281). Observando de perto os discursos construídos no Brasil e Chile, especialmente a partir das obras de Abrantes e Rosales, podemos perceber essa conexão entre as ideias dos autores.

A obra clássica de Angel Rama, *La ciudad letrada* (1998), demonstra a articulação que as elites intelectuais possuíam: tanto no campo da política, atuando como influenciadores, como no âmbito das ideias. Eram elas que formaram parte do sistema de poder; idealizavam as cidades, os espaços urbanos e rurais; a indústria e o desenvolvimento econômico, político e social antes mesmo do seu processo ter início. Ou, como concebe Rama, “todos esos que manejaban la pluma, estaban estrechamente asociados a las funciones del poder y componían lo que Georg Friederici ha visto como un país modelo de funcionariado y de burocracia” (RAMA, 1998, p. 32). Tal aspecto ganha mais relevância quando nos aproximamos brevemente da trajetória de Rosales e Abrantes.

O Visconde de Abrantes nasceu em Santo Amaro da Purificação, em 23 de outubro de 1796 e veio a falecer no Rio de Janeiro em 13 de setembro de 1865. Oriundo de uma família com larga tradição na participação política local, graduou-se no curso de Direito na Universidade de Coimbra no ano de 1821. Ao longo da sua trajetória política, esteve à frente de diversos cargos públicos, dentro os quais se destacam o Ministério da Fazenda e o cargo de diplomata, exercido entre os anos de 1844 e 1846. Durante todo o período em que esteve inserido na vida política do Império, utilizou-se da escrita e da

⁴ Aqui, utilizamos o conceito de discurso utilizado por Miguel Ángel Cabrera, para o qual “el discurso es un esquema epistemológico que hace posible que los individuos no sólo vean algunas cosas y no otras, sino, además, que vean esas cosas de una determinada manera” (CABRERA, 2004, p.80).

oralidade para defender suas ideias. Publicou diversos estudos, dentre os quais *Memoria sobre os meios de promover a colonização* (1846). Por outro lado, Vicente Pérez Rosales nasceu em Santiago, no Chile, em 5 de abril de 1807 e veio a falecer na mesma cidade, em 6 de setembro de 1886. A maior parte da sua formação foi feita na Europa, no colégio parisiense Manuel Silveira. Seus estudiosos destacam sua grande circularidade em países europeus, Estados Unidos e da América Latina (PINEDO, 2010). Em 1850 foi nomeado agente de colonização de Valdivia e Llanquihue. Desse ano em diante, publicou diversas obras voltadas para a temática da imigração e se tornou, em 1857, cônsul do Chile em Hamburgo com o objetivo de atrair trabalhadores europeus. Escreveu diversos trabalhos, dentre os quais *Memoria sobre emigracion, inmigracion i colonizacion* (1854).

Ambos, Abrantes e Rosales, atuaram como políticos intelectuais em seus países. Escreveram obras que foram lidas e debatidas entre seus pares. Em sociedades majoritariamente analfabetas, como eram Brasil e Chile no Oitocentos, os detentores do capital cultural⁵ tinham em mãos um dos elementos fundamentais para o exercício da política. A habilidade de *manejar a pluma* possibilitou maior circulação para Abrantes e Rosales, que ocuparam cargos de destaque em seus respectivos países. Apesar das divergências na política entre Brasil e Chile, percebemos com os casos de Abrantes e Rosales que as formas de inserção na política se assemelham. Como enfatiza Kocka, com a comparação,

descobre-se que o caso com o qual se é mais familiar, é somente uma possibilidade entre outras. Frequentemente os historiadores estão relativamente concentrados nas histórias de seus países ou regiões. Por causa disso a comparação pode ter um efeito de “desprovincialização”, uma liberação, um efeito de abrir os olhos, com consequências para a atmosfera e o estilo da profissão. Essa é uma contribuição da comparação que não deveria ser subestimada, mesmo hoje (KOCKA, 2014, p.281).

Maria Ligia Prado (2005) também chamou a atenção dos historiadores para esse mesmo ponto. Criou-se *uma espécie de bolha* que separa o Brasil da América Latina; uma fronteira invisível entre *nós* e os *outros* nessa história que é compartilhada por todo o

⁵ A partir da leitura que Gilda Olinto do Valle Silva faz de Pierre Bourdieu, compreendemos que “o capital cultural é mais do que uma subcultura de classe; é tido como um recurso de poder que equivale e se destaca - no duplo sentido de se separar e de ter uma relevância especial - de outros recursos, especialmente, e tendo como referência básica, os recursos econômicos. Daí o termo capital associado ao termo cultura; uma analogia ao poder e ao aspecto utilitário relacionado à posse de determinadas informações, aos gostos e atividades culturais. Além do capital cultural existiriam as outras formas básicas de capital: o capital econômico, o capital social (os contatos) e o capital simbólico (o prestígio) que juntos formam as classes sociais ou o espaço multidimensional das formas de poder” (VALLE, 1995, p.24).

continente. Por isso, durante muito tempo, acreditou-se na impossibilidade de observar fenômenos locais, ocorridos no Brasil, ao lado de outros nos demais países da América Latina. Por mais que exista a proximidade geográfica e dos próprios processos históricos, os trabalhos que enfatizam a comparação na América Latina e, sobretudo, que observam algum fenômeno do Brasil com os demais países, ainda são minoritários se comparados com as demais linhas historiográficas. Nos estudos organizados por Galeana, as migrações se tornam o tema central das comparações. As migrações internas, transnacionais e internacionais fazem parte da História das Américas, marcaram a constituição das nações como as conhecemos hoje. Por isso recuperamos a afirmação da autora: a História da América também é a história de suas migrações (GALEANA, 2015). Com isso, pensando novamente nosso caso, elaboramos um quadro comparativo entre Brasil e Chile no século XIX.

BRASIL	CHILE
Monarquia	República
Migrações incentivadas desde 1818	Migrações incentivadas desde 1824
Censo populacional de 1872 com 9.930.478 habitantes ⁶	Censo populacional de 1845 com 1.439.120 habitantes ⁷
Imagem negativa na Europa	Imagem negativa na Europa
Formação da Elite em Coimbra	Formação da Elite em Santiago

TABELA 1: do autor.

Na Tabela 1, fizemos um breve apanhado de alguns pontos importantes que levamos em consideração para comparar Brasil e Chile⁸. Apesar de ambos terem recebido imigrantes europeus e os projetos de colonização possuem pontos em comum, há algumas particularidades importantes que devem ser mencionadas. Desde 1818, antes da independência do Brasil, a coroa portuguesa havia implementado um projeto de colonização com suíços em Nova Friburgo e Leopoldina⁹ e, posteriormente, em 1824, com alemães em São Leopoldo. Ou seja, desde o início do XIX, havia no Brasil um pensamento de trazer imigrantes europeus que foi colocado em prática via projetos de

⁶ Censo disponível em: <http://www.brasil.gov.br/governo/2013/01/censo-de-1872-e-disponibilizado-ao-publico>.

⁷ Informações disponíveis em: CARRASCO, Carmen Norambuena. Política y legislación inmigratoria en Chile, 1830 – 1930. Universidad de Santiago de Chile: Santiago, 1990 (p.36).

⁸ Consideramos que essa forma por nós escolhida não esgota as possibilidades de comparação, mas nos auxilia a visualizar alguns pontos importantes.

⁹ Ver mais em: SEYFERTH, Giralda. As identidades dos imigrantes e o *melting-pot* nacional. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 6, n. 14, p. 143-176, nov. 2000.

colonização. Por outro lado, no Chile, apesar da implementação de leis que incentivassem a vinda de imigrantes europeus em 1824 e 1846 (CARRASCO, 1990), não houve a concretização de um projeto de colonização mais amplo. Estrada (1999) avalia que na primeira metade do século XIX o Chile recebeu um contingente pouco expressivo de imigração espontânea.

Assim, há uma primeira diferença que se relaciona com o desenvolvimento dos movimentos migratórios para Brasil e Chile: no primeiro país, houve a implementação de políticas migratórias seguidas de financiamentos governamentais para a criação de núcleos de colonização, enquanto que no segundo, apesar de existir uma legislação que possibilitava a vinda de imigrantes estrangeiros, não houve maior investimento por parte do governo para incentivar a chegada de colonos (que vieram, por seu turno, de forma espontânea, porém, em número reduzido).

Outro aspecto importante recai sobre o contingente populacional. O Brasil foi o nome mais expressivo do tráfico negreiro transatlântico de escravos, tendo recebido entre 1808 e 1850, 1.400.000 africanos que foram escravizados¹⁰, sendo que no período, representavam cerca de dois terços da população (BLACKBURN, 2002, p.408). Em contrapartida, esse número difere-se das estatísticas chilenas. Robin Blackburn salienta: “em 1812 no Chile dizia-se que havia entre 10.000 e 12.000 escravos, enquanto os negros livres, entre 25.000 e 32.000, representavam pouco mais de 3% da população” (BLACKBURN, 2002, p.357). A diferença é muito grande entre Brasil e Chile, ainda mais quando levamos em consideração que em 1872 a população brasileira girava em torno de 9.930.478, enquanto que a população chilena em 1845 se aproximava de 1.439.120. Proporcionalmente, percebe-se a importância que o trabalho escravo possuía para o Brasil, enquanto que no Chile a historiografia aponta para a existência do trabalho livre desde a independência do país (SECRETO, 2011), que trouxe no seu bojo a abolição da escravidão. Esses números estão refletidos no pensamento intelectual de ambos os países: na narrativa de Abrantes, a substituição do trabalho de negros escravizados por colonos europeus brancos está no centro da narrativa, constituindo-se como um dos eixos centrais da obra. Enquanto que, para Rosales, essa não vem a ser uma questão de discussão, estando o foco da sua narrativa centrado na contribuição dos imigrantes para o desenvolvimento chileno.

¹⁰ Ver mais em: MARQUESE, Rafael de Bivar. A dinâmica da escravidão no Brasil: Resistência, tráfico negreiro e alforrias, séculos XVII a XIX. Novos Estudos. São Paulo, Março de 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/nec/n74/29642.pdf>

Esses dois apontamentos nos ajudam a pensar outra problemática evidenciada pelas comparações entre o Brasil e outros países da América Latina. Comparar, como já argumentou Oswaldo Truzzi, distancia os pesquisadores dos riscos do provincianismo. As generalizações não auxiliam mais para a construção de uma ideia vinculada com a totalidade. Na comparação, como é o nosso caso, algumas das generalizações viram objeto de estudo. Brasil e Chile receberam contingentes de trabalhadores europeus em um período muito próximo e em escalas divergentes. Cada país passou por um processo de formação completamente distinto do outro, o que acarretou, conseqüentemente, em sistemas políticos distintos. De um lado, uma monarquia, de outro, uma república. Com dimensões geográficas muito distintas e necessidades políticas e econômicas bastante específicas, Abrantes e Rosales produziram obras a partir de horizontes teóricos, políticos, econômicos e culturais específicos, mas, que em certa medida, assemelham-se. Quando nos aproximamos das *memórias* dos autores, essas semelhanças e diferenças ficam mais evidentes.

Há algumas palavras que aparecem com frequência na documentação utilizada, como terra, colono, imigrante, trabalho e Estados Unidos. As primeiras estão relacionadas com a própria temática das migrações; elas se tornam o centro da narrativa; é a partir delas que os autores desenvolvem suas ideias. Enquanto que a última é uma constante para a construção de exemplos sobre como os projetos de imigração e colonização podem dar certo. Com isso, seguiremos nossa reflexão a partir do uso que Abrantes e Rosales fazem dessas palavras (terra, colono¹¹, imigrante¹², trabalho e Estados Unidos).

Palavra	Quantidade	Contexto/Utilização
Colônia	106	Explicativo/Identidade
Colonização	48	Explicativo/Identidade
Colono	148	Argumentativo/Associação
Emigração, Imigração	71	Explicativo/Identidade
Estados Unidos, Norte-America, Inglês	69	Argumentativo/Associação e Oposição
Terra	116	Explicativo/Associação e Identidade
Trabalho	42	Argumentativo/Associação

¹¹ Inserimos também, *colônia* e *colonização*, que estão em sintonia com a ideia de colono.

¹² Essa palavra foi compreendida através da ideia de *imigração* e *emigração*.

Tabela 2¹³: do autor.

A segunda tabela da nossa proposta comparativa traz elementos importantes para nossa discussão. Apesar das similaridades das narrativas de Abrantes e Rosales, há diversas particularidades que merecem ser observadas. O contexto de escrita tencionou a significação dos conceitos utilizados por Abrantes e Rosales, o que nos ajuda a compreender mais detalhadamente como cada país pensou seus projetos de imigração e colonização. Nesse sentido, por estarmos dialogando mais de perto com as narrativas de Abrantes e Rosales, aproximamo-nos do trabalho desenvolvido por Ciro Flamirion Cardoso e Ronaldo Vainfas (1997). Eles apresentam algumas possibilidades aos pesquisadores que utilizam a análise de textos para a escrita da história. Uma delas, que nos parece a mais adequada para alcançarmos nossos objetivos, apresenta a análise semântica dos textos históricos como caminho possível para o desenvolvimento da pesquisa. Para os autores, não há um método único para estabelecer essas relações entre a linguística e a história, mas indicam que existem algumas maneiras mais adequadas e seguras de se trabalhar com essa abordagem. Para isso, apoiam-se no trabalho *Vocabulaire politique et social en France, de 1869 à 1872* (1962), de Jean Dubois. Segundo esse autor, o pesquisador precisa se ater às redes de relações entre as palavras, observando as oposições, associações e identidades¹⁴ formuladas entre o conjunto de palavras-chave com a situação em que são empregadas no texto, para que se possa compreender de maneira mais ampla as relações entre o texto e o contexto (VAINFAS; CARDOSO, 1997).

As palavras colono e terra são as mais utilizadas por Abrantes e Rosales, e ocupam, cada qual à sua maneira, um espaço importante nas suas narrativas. Todavia, o

¹³ Essa tabela contém as principais palavras utilizadas por Abrantes e Rosales em suas *memórias*. No item quantidade, inserimos a soma das vezes que aparece cada uma das palavras inseridas na tabela. Para sabermos com exatidão quantas vezes cada palavra aparece no texto, utilizamos a ferramenta de busca do Microsoft Edge, que contabiliza a frequência das palavras quando se utiliza a ferramenta “localizar na página” (Ctrl + F). No item contexto/utilização, inserimos a forma como as palavras são utilizadas no texto..

¹⁴ Vainfas e Cardoso (1997) resumem do seguinte modo a metodologia de Dubois (1962): “*Relações de oposições*: oposições formais marcadas pelos prefixos anti, in, não etc; pares antonímicos do tipo revolução/reação, liberdade/servidão etc; pares morfológicamente motivados do tipo ordem/desordem; constelações em torno de uma mesma palavra, a exemplo de povo/burguês, povo/nobres, povo/capitalistas; oposições paralelas tipo classes ricas/classes pobres, senhores cruéis/senhores bondosos. *Relações de associações*: são sempre contextuais. Por exemplo, textos em que trabalhador se associe a pobres ou escravidão a pecado, castigo etc. *Relações de identidade*: devem ser diferenciadas das denotações ou sinônimos dos dicionários. As identidades são sintagmas que podem ser sempre intercambiáveis em contextos específicos. Exemplo: escravo/ negro/ etíope/preto etc” (CARDOSO; VAINFAS, 1997, p.381).

contexto de produção das obras marca algumas semelhanças e diferenças importantes que devem ser observadas¹⁵.

Para Abrantes, a ênfase é clara quando se faz a leitura integral do texto: o Império, em 1846, necessitava repensar suas políticas migratórias para se tornar um país atrativo para imigrantes, sobretudo para os europeus brancos, que eram almejados pela elite letrada imperial. Como destacou Jorge Luiz da Cunha (1988), a década de 30 do século XIX representou para o Império a desaceleração nas discussões em torno da imigração e colonização para o Brasil. Esse debate só seria retomado com maior afinco a partir da década de 40, quando a estabilidade política proporcionada pela maioria de D. Pedro II novamente possibilitou que se pensasse nas questões estratégicas do Império já levantadas por D. Pedro I (CUNHA, 1988). E é nessa conjuntura que se reacende o debate em torno da colonização das terras devolutas com colonos europeus e se acentua a discussão sobre a posse da terra.

No texto de Abrantes, a inserção da palavra colono está relacionada ao contexto migratório: pensar no colono, para o autor, é refletir sobre a *agricultura, a aptidão para o trabalho, a resignação e a sobriedade*. Para Rosales, essa palavra também está relacionada com as questões do trabalho, mas a atribuição de sentidos feita pela elite chilena era diferente. Rosales dialogava muito mais com a ideia da educação e do progresso: o colono seria aquele que já viria com refinamento cultural e naturalmente, por ser europeu, contribuiria para o avanço dos aspectos educacionais no seu país. Por mais que o trabalho tenha um peso para se pensar no colono na perspectiva de Rosales, percebemos que a questão cultural possuía uma dimensão mais abrangente. Rosales apostava na *resignação* do trabalhador europeu e acreditava que seu *espírito industrial* poderia trazer potencialidades para o país.

A palavra terra, por seu turno, está inserida nas principais discussões dos capítulos mais extensos da obra de Abrantes, enquanto que ocupa um espaço pequeno na narrativa de Rosales. Há uma questão de contexto muito importante que não pode ser negligenciada: no Brasil, as discussões em torno da propriedade da terra estavam *a todo vapor* na metade do século XIX, enquanto que no Chile, o artigo V da legislação de 1833

¹⁵ Defendemos aqui que os conceitos utilizados pelos autores são os mesmos. Ou seja, no sentido epistemológico, a leitura que os autores fazem da sua realidade são feitas a partir de uma base científica comum. Todavia, a forma como atribuem significados a eles difere, em decorrência do seu contexto de produção (MAIA, 2015; CABRERA, 2004).

já estabelecia as diretrizes em torno da propriedade da terra. Enquanto que de um lado essa questão já estava resolvida, do outro, era assunto da ordem do dia.

De tal modo, para Abrantes, a legislação vigente impossibilitava a medição, divisão, demarcação e venda das terras públicas para os colonos que emigrassem para o Brasil. Além disso, para que o Império pudesse fazer propaganda massiva para a imigração no exterior, seria conveniente que já houvesse um preço estabelecido por lote de terra. Abrantes reconhece que

o projecto de Lei, que está em discussão na Câmara vitalícia, retocado em algumas de suas disposições, parece-me que satisfará ao que se ha de mester para a criação desse meio efficaz. A venda de terras, acompanhada d'alguns premios e remunerações á favor da introdução de colonos, atrahirá de certo emigrados prestadios, que uma vez estabelecidos convidarão á outros; e assim encarreirada, a emigração se tornará espontânea, e marchará progressivamente por si mesma, e talvez sem ulteriores premios (ABRANTES, 1846, p.36-37).

Há dois aspectos importantes nesse trecho que sintetizam a preocupação de Abrantes com a questão da terra: a ampla discussão que estava sendo feita no Império em torno desse assunto e as vantagens que se poderia ter com sua devida regulamentação. O primeiro trecho é significativo para a primeira questão: intuímos que Abrantes está se referindo à discussão em torno da Lei de Terras que viria a ser aprovada em 1850, mencionando que ela poderia satisfazer as necessidades por ele consideradas fundamentais, ou seja, medir, dividir e demarcar a terra seria essencial para um país que quisesse dinamizar a imigração. O segundo trecho está relacionado com as associações que Abrantes estabelece com a palavra terra ao longo de todo o texto: regulamentar a terra, significa, para Abrantes, progredir nos meios de promover a colonização. Para ele, o colono estaria interessado em saber exatamente quais as reais condições para emigrar. Uma vez que se estabelecesse um padrão de colonização, a imigração, com o passar do tempo, tornar-se-ia espontânea, tal como acontecia nos Estados Unidos (ABRANTES, 1846). Diferentemente, para Rosales, a discussão em torno da compra, venda e demarcação das propriedades não ocupa um espaço com tamanha expressividade em sua narrativa. Sua preocupação, naquele momento, é direcionada para outros dois pontos: no Chile, havia um debate sobre onde os imigrantes deveriam se estabelecer. Nesse sentido, a palavra terra, num primeiro momento, está relacionada a lugares como Valparaíso e Llanquihue, que receberam, posteriormente, um contingente de imigrantes alemães. Além desse sentido, há as menções implícitas que Rosales faz às terras chilenas. Como já mencionamos neste artigo, o Chile possuía uma imagem negativa na Europa. Além de

terra distante e inóspita, como foi representada por parte dos cronistas no período colonial, havia dúvidas entre os europeus sobre a procedência do solo e da própria potencialidade geográfica. Por isso, “Rosales también ofreció una imagen geográfica del país muy positiva derivada, entre otros, de lo templado de su clima, la abundancia de sus cursos de agua y la variedad de sus recursos naturales” (BAEZA, 2008, p.50). Assim, enquanto que Abrantes trata de trazer à lume uma discussão que viria estar presente na legislação brasileira, Rosales desenvolve uma reflexão que dialoga com lugares e representações.

Um dos pontos centrais de convergência entre os dois trabalhos está relacionado com a apropriação que Abrantes e Rosales fazem da concepção de progresso relacionado com os Estados Unidos, *Inglez* ou *Inglezes*. Ambos utilizavam livros, cartas e leis produzidos nos Estados Unidos e Inglaterra para legitimar a argumentação. Sempre que constroem ideias sobre formas de colonizar, mencionam um exemplo de como esse processo deu certo nos Estados Unidos ou em colônias inglesas. Sendo assim, para os autores, o contingente de imigrantes que se dirigiu aos Estados Unidos e colônias inglesas está associado à organização burocrático/legislativa promovida pelos intelectuais ligados a esses países. Por terem transitado pela Europa e, especificamente Rosales, que esteve nos Estados Unidos, os autores puderam fazer a leitura de diversas obras que versavam sobre imigração e colonização (o que pode ser percebido através das notas de rodapé presentes nas *memórias*).

Por fim, as palavras Colonia, Colonização, Imigração, Emigração e Trabalho, são utilizadas com muita proximidade ao longo dos capítulos de Abrantes e Rosales. Elas aparecem normalmente ao lado das palavras terra, colono, Estados Unidos e Inglezes, estando relacionadas com a discussão mais ampla que são propostas ao longo das narrativas.

Aferimos que as *memórias* de Abrantes e Rosales foram elaboradas a partir de referências externas. Suas principais fontes são livros, jornais e revistas produzidos na Europa e nos Estados Unidos. A influência que essas fontes exerceram sobre as escritas pode ser percebida através de cada um dos capítulos das obras de Abrantes e Rosales, ficando explícitas nas citações e apropriações que fazem no decorrer de cada parágrafo. Somado a isso, as palavras aqui selecionadas nos ajudam a compreender e repensar de forma mais ampla a grande circularidade de ideias existente entre os continentes, em um contexto no qual as ideias iluministas e as emergentes ideias positivistas influenciavam os escritos de letrados e intelectuais do período.

...

Para concluirmos nossa reflexão, salientamos que os estudos comparativos auxiliam os pesquisadores a perceber com maior profundidade as complexidades que caracterizam as diferentes sociedades no tempo e no espaço. Regina Weber e Glen Goodman enfatizam que “no seu conjunto, essas intervenções metodológicas todas nascem da importância (e do desafio) permanente de escrever e pensar usando modelos relacionais, de desnaturalizar e contextualizar as categorias de análise histórica” (WEBER; GOODMAN, 2018, p.35). Brasil e Chile no século XIX, figuram entre os países que desenvolveram amplos projetos de imigração e colonização. Por mais que isso possa parecer um lugar comum na historiografia, uma vez que existe uma extensa bibliografia que analisa os movimentos migratórios para a América Latina, há inúmeras particularidades no desenvolvimento desses processos. Isso é perceptível através das aproximações que fizemos ao longo deste artigo. Abrantes e Rosales, que contribuíram para o desenvolvimento de projetos migratórios no Brasil e no Chile, escreveram e pensaram suas narrativas em contextos muito diferentes, mas com mentalidades e práticas políticas que muito se assemelham. Nesse sentido, nosso esforço neste artigo foi apresentar as semelhanças, diferenças e complexidades na construção das narrativas em torno das migrações no Brasil e no Chile a partir das obras de Abrantes e Rosales.

Referências bibliográficas

ABRANTES, Visconde de. **Memoria sobre os meios de promover a colonização**. Berlim: Typographia de Unger Irmãos, 1846.

ARENDDT, Isabel Cristina; WITT, Marcos Antônio. **Estudo comparado: educação e imigração nas Colônias alemãs de São Leopoldo (Brasil) e Valdivia (Chile)**. MÉTIS: história & cultura – v. 17, n. 34, p. 271-294, jan./jun. 2018.

AZEVEDO, Célia Martinho de. **Onda negra medo branco: o negro no imaginário das elites – século XIX**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BAEZA, Rafael Sagredo. Chile: de fines terrae imperial a “copia feliz del edén” autoritario. In: **Nomear la nación**. Los nombres de los países de América Latina. CHIARAMONTE, Jose Carlos; MARISCHAL, Jose Carlos; GRANADOS, Aimer Granados (Orgs.). Buenos Aires, Editorial Sudamericana, 2008.

BLACKBURN, Robin. **A queda do escravismo colonial: 1776 – 1848**. Rio de Janeiro: Record, 2002.

BLANCPAIN, Jean-Pierre. **Los alemanes en Chile (1816-1945)**. 4.ed. Santiago: HACHETTE, 1987.

BLOCH, Marc. **História e Historiadores**: textos reunidos por Étienne Bloch. Tradução de Telma Costa. Lisboa: Teorema, 1998.

BLUME, Welington Augusto. **As inúmeras faces de um escrito: análise da obra "Memória sobre os meios de promover a colonização", do Visconde de Abrantes**. [Trabalho de Conclusão de Curso]. UNISINOS, 2017.

BOBBIO, Norberto. **Os intelectuais e o poder**. Dúvidas e opções dos homens de cultura da sociedade contemporânea. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997.

CABRERA, Miguel Ángel. **Historia, lenguaje y teoría de la sociedad**. Madrid: Frónesis-Cátedra, 2004.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. História e Análise de textos. In: **Domínios da História**: ensaios de teoria e metodologia. Ciro Flamarion Cardoso, Ronaldo Vainfas (orgs.). Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CARRASCO, Carmen Norambuena. **Política y legislación inmigratoria en Chile, 1830 – 1930**. Universidad de Santiago de Chile: Santiago, 1990

CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem: a elite política imperial**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CHARTIER, Roger. **À Beira da Falésia: a história entre certezas e inquietude**. Porto Alegre: Editora Universidade/UFRGS, 2002.

CUNHA, Jorge L. **Os Colonos Alemães e a fumicultura: Santa Cruz do Sul**. Rio Grande do Sul 1848-1881. Dissertação de Mestrado. Santa Cruz do Sul: FISC, 1991. Disponível em:

<http://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/27080/D%20%20CUNHA%2C%20J%20ORGE%20LUIZ%20DA.pdf?sequence=1&isAllowed=y>

DEVOTTO, Fernando. Imigração Européia e Identidade Nacional nas Imagens das Elites Argentinas (1850-1914). In: FAUSTO, Boris (Orgs.). **Fazer a América**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

ESTRADA, Baldomero. Imigração européia no Chile (1880-1920). In: FAUSTO, Boris (Org.). **Fazer a América**. São Paulo: USP, 1999, p.461-503.

GALEANA, Patricia. Las migraciones en las Américas: un estudio comparado. In: GALEANA, Patricia (orgs.). **Historia comparada de las migraciones en las américas**. Universidad Nacional Autónoma de México. México, 2014.

GARCÍA, Juan Antonio. **La Rioja y los riojanos en Chile, 1818-1970**. Santiago: Soc. Impresora La Unión, 1995.

IOTTI, Luiza Horn. **Imigração e colonização**: legislação de 1747 a 1915. Luiza Horn Iotti (org.). Porto Alegre: Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. Caxias do Sul: EDUCS, 2001.

JARAMILLO, Loreto Vanessa Hermosilla. **La inmigración alemana a Valdivia: educación y cultura en la primeira fase de su instalación (1850-1870)**. [Trabalho de Conclusão de Curso]. Universidad Austral de Chile. Valdivia, Chile, 2011.

KAULEN, Andrea Krebs, GUERRERO, Sor Úrsula Tapia e ANWANDTER, Peter Schmid. **Los alemanes y la comunidad chileno-alemana em la historia de Chile**. Santiago: Liga chileno-alemana, 2001.

KLEIN, Herbert S. Migração internacional na História das Américas. In: FAUSTO, Boris (Orgs.). **Fazer a América**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

KOCKA, Jürgen. **Para além da comparação**. Revista Esboços, Florianópolis, v. 21, n. 31, ago. 2014, p. 279-286.

LATORRE, Guillermo; PINEDO, Javier. **Diccionario de El Entrometido. Vicente Pérez Rosales**. 1ª ed. Chile: Santiago, LOM Ediciones, 2010.

LECLERC, Gérard. **Sociologia dos intelectuais**. São Leopoldo: Editora UNISINOS, 2004.

MAIA, Carlos Alvarez. **História, ciência e linguagem: o dilema relativismo-realismo**. Rio de Janeiro: Mauad X. 2015.

MARQUESE, Rafael de Bivar. **A dinâmica da escravidão no Brasil: Resistência, tráfico negreiro e alforrias, séculos XVII a XIX**. Novos Estudos. São Paulo, Março de 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/nec/n74/29642.pdf>

MENEZES, Lená Medeiros de. A imigração européia como passaporte para o progresso e a civilização no Brasil do século XIX. In CANCINO, Hugo; MORA, Rogelio de la (coords.) – **Ideas, intelectuales y paradigmas en América Latina (1850-2000)**. Vleracruz/México: Universidad Veracruzana Lomas del Estadio, 2007.

_____. Entre o ideal e o real : Os discursos sobre a imigração no Brasil e o enfrentamento da desordem (1870-1930). In: **Intelectuais na América Latina: pensamento, contextos e instituições**. Dos processos de independência à globalização. Lená Medeiros de Menezes, Hugo Cancino Troncoso, Rogelio de la Mora (Org.). Rio de Janeiro: UERJ/LABIME, 2014.

NUNES, Francivaldo Alves. **A lei de terras e a política de colonização estrangeira na província do Pará**. In: Tempos Históricos. vol16, n.2. Marechal Cândido Rondon: EDUNIOESTE, 2012.

PRADO, Maria Ligia Coelho. **Repensando a História Comparada na América Latina**. Revista de História, São Paulo, n. 153, p. 11-33, 2005.

RAMA, Angel. **La ciudad letrada**. Arca: Montevideo, 1998.

RÉMOUND, René (org.). **Por uma história política**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

RODRÍGUEZ, Jorge Pinto. **Proyectos de la elite chilena del siglo XIX**. Chile: ALPHA Nº 26, Julio 2008.

RODRÍGUEZ, Marcela Martínez. **De progreso y población**. Breve análisis comparativo sobre la colonización en México y Chile en el siglo XIX. Estudios Avanzados, Nº 23, julio 2015. IDEA – USACH, Santiago de Chile, pp, 64-79.

ROSALES, Vicente Pérez. **Memoria sobre emigracion, inmigracion i colonizacion**. Chile: Santiago, 1854.

SANTOS, Marco Aurélio dos. **Migrações e trabalho sob contrato no século XIX**. História (São Paulo) v.36, e12, 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/his/v36/0101-9074-his-36-e12.pdf>.

SAYAD, Abdelmalek. **Imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo, Edusp, 1998.

SEYFERTH, Giralda. A dimensão cultural da imigração. In: **Revista brasileira de Ciências Sociais** - vol. 26 n° 77, São Paulo, outubro de 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v26n77/07.pdf>

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOUND, René (org.). **Por uma história política**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

TOSO, Sergio Grez. Población y sociedade. In: FERMANDOIS, Joaquín (Org.). **Chile: La construcción nacional**. Taurus, Espanha: 2013.

TRUZZI, Oswaldo Mário Serra. Notas acerca do uso do método comparativo no campo dos estudos migratórios. In: DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri; TRUZZI, Oswaldo Mário Serra (Org.). **Estudos migratórios: perspectivas metodológicas**. São Carlos: EDUFSCAR, 2005. p. 131-157.

TRUZZI, Oswaldo. **Redes em processos migratórios**. Revista Tempo Social, São Paulo, v. 20, n. 1, p. 199-218, jun. 2008.

WEBER, Regina; GOODMAN, Glen. Comparada, conectada, mundial/global ou transnacional: a história da imigração entre tantos rótulos. In: ELMIR, Claudio Pereira; WITT, Marcos Antônio Witt; TRUZZI, Oswaldo (Orgs.). **Imigração nas Américas: estudos de história comparada**. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2018.

WITT, Marcos Antônio. **Em busca de um lugar ao sol**. Estratégias políticas, imigração alemã, Rio Grande do Sul, século XIX. 2.ed. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2015.

_____. **Estudos comparados na imigração: Brasil e Chile como possibilidade investigativa**. Editora UPF: Passo Fundo, 2018. No prelo.